

# PUBLICIDADE LEGAL

**DAKOTA S/A** - SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ Nº 89.086.961/0001-74 - NIRE Nº 43300040461 - NOVA PETRÓPOLIS-RS. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - 1 - LOCAL, DATA E HORA - Na Avenida 15 de Novembro nº 3.665, Bairro Piá, CEP: 95.150-000, em Nova Petrópolis-RS., no dia 24 de abril de 2026, às 9:00 horas. 2 - PRESENCAS - Acionistas da empresa, representando, conforme assinaturas lançadas no livro de presenças, a totalidade do capital social. 3 - PRESIDENTE E SECRETÁRIO DA MESA - Sr. MARCELO HENRIQUE LEHNEN, Secretário - Sr. ROMEU LEHNEN. 4 - PUBLICAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicadas no Jornal do Comércio na página 5 em sua edição impressa de 12 de março de 2026 e no Jornal do Comércio na página 4 em sua edição digital de 12 de março de 2026. 5 - DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL - Foi aprovada a lavratura desta ata na forma sumária, a pedido de todos os acionistas presentes, conforme faculta o parágrafo primeiro do Artigo 130, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. 6 - ORDEM DO DIA - a) - Tomar as contas da diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; c) - Eleger os membros da diretoria; d) - Fixar os honorários globais e mensais da diretoria, e, e) - Outros assuntos que forem julgados do interesse social. 7 - SEQUÊNCIA DOS TRABALHOS - 1 - Foram aprovados, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, as contas da diretoria, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 2 - Decidiu a assembleia, por unanimidade, que o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) para Reserva Legal: R\$ 985.574,22 (novecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos); b) para Reserva de Retenção de Lucros: R\$ 6.400.910,25 (seis milhões, quatrocentos mil, novecentos e dez reais e vinte e cinco centavos); e, c) para Dividendos Estatutários: R\$ 1.825.000,00 (um milhão e oitocentos e vinte e cinco mil reais), que serão pagos ou creditados aos acionistas até 31.12.2026, referendando-se os dividendos distribuídos antecipadamente no ano de 2025, no valor de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais). 3 - Foram reeleitos, por unanimidade, com mandato de 1 (um) ano, que findará com a realização da assembleia geral ordinária do ano de 2027, os seguintes membros da diretoria: a) DIRETOR PRESIDENTE: MARCELO HENRIQUE LEHNEN, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na rua Presidente Lucena nº 161, Centro, em Nova Petrópolis-RS., CEP: 95.150-000, CPF nº 007.349.120-99 e CI RG nº 3075806426, expedida pela SJS-RS., em 22.11.1995; e, b) DIRETORA: MELISSA JEANE LEHNEN, brasileira, divorciada, industrial, residente e domiciliado na rua Pastor Hunsche nº 434, em Nova Petrópolis-RS., CEP 95.150-000, CPF nº 935.568.880-68 e CI RG nº 1060952882, expedida pela SSP-RS., em 13.10.2015. 4 - A seguir a assembleia fixou os honorários globais e mensais da diretoria no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos nacionais, mais um pagamento de igual valor, de uma décima terceira (13ª) remuneração, no mês de dezembro e de forma proporcional a um doze avos (1/12) por mês em que o diretor estiver no exercício de seu cargo, no ano civil correspondente. Os honorários poderão ser reajustados de acordo com a política salarial da empresa e que serão distribuídos, entre os diretores, de comum acordo e consoante proposição do diretor presidente. 8 - ENCERRAMENTO - Esgotada a ordem do dia, a sessão foi suspensa pela presidência, pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que redigida, foi lida, aprovada por unanimidade, e será assinada pela mesa e pelos acionistas presentes, em sinal de plena aquiescência. Nova Petrópolis-RS., 24 de abril de 2026. MARCELO HENRIQUE LEHNEN - Presidente da Assembleia; ROMEU LEHNEN - Secretário da Assembleia; ROJALE HOLDING S.A. - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES; Romeu Lehen - Diretor Presidente; REMI DELMAR WELTER; JANETE TEREZINHA LEHNEN; MELISSA JEANE LEHNEN; DENISE CRISTINE LEHNEN. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro competente, e que as assinaturas nela contidas e aqui transcritas são autênticas. MARCELO HENRIQUE LEHNEN - Presidente da Assembleia; ROMEU LEHNEN - Secretário da Assembleia. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 11734504 em 29/04/2026 da Empresa DAKOTA S/A, CNPJ 89086961000174 e protocolo 261657321 - 29/04/2026. Autenticação: FD92F7334167D7F2989AA310BE753EC7EB086. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Conecte sua marca a quem decide.

**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS

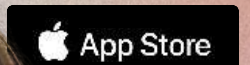
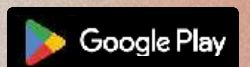


Acesse o QR Code e anuncie

Siga nossas redes sociais:



Baixe o App:



# PUBLICIDADELEGAL

## CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

CNPJ/MF nº 03.505.185/0001-84 - NIRE 43.901.068.498

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026

**1. Data, Hora e Local.** Em 05 de fevereiro de 2026, às 10:30, na sede social da CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A., localizada na cidade de Minas do Leão, estado do Rio Grande do Sul, na BR 290 KM 181, s/n, parte, Coreia, CEP 96755-000 ("Companhia").

**2. Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), tendo em vista o comparecimento da única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia.

**3. Mesa.** Presidente: Leomyr de Castro Girondi; e Secretário: Clineu Adaiame Vieira dos Santos.

**4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) a alteração do objeto social da Companhia; (ii) consolidar e atualizar os dados das filiais da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

**5. Deliberações.** A acionista da Companhia, sem ressalvas e/ou restrições, resolve: **Quanto ao item (i):** aprovar a alteração o objeto social da Companhia, para inclusão das atividades de locação de máquinas e equipamentos sem operador (CNAE 77.39-0-99) e locação de imóveis próprios (CNAE 6810-2-02). Neste sentido, a Cláusula 4ª do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação, sendo certo que tais atividades poderão ser exercidas pela matriz e/ou pelas filiais: "**Cláusula 4ª** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) prestação de serviços nas áreas de aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos (resíduos sólidos urbanos e industriais não perigosos inertes), outros serviços de gestão de resíduos (resíduos sólidos urbanos e industriais não perigosos inertes); coleta de resíduos não perigosos (resíduos sólidos urbanos e industriais não perigosos inertes), bem como toda e qualquer atividade correlata, incluindo tratamento por incineração; (b) higienização e manejo de resíduos das áreas internas e externas de hospital; serviços relativos a coleta, tratamento e disposição de resíduos hospitalares através da descontaminação pelo processo de autoclavagem; coleta, transporte terrestre municipal, estadual e interestadual e destinação final de resíduos de qualquer natureza em estabelecimento de saúde, comerciais e industriais (perigosos e/ou não inertes); gerenciamento de resíduos industriais (perigosos e/ou não inertes) com disposição final de medicamentos e seus correlatos; solidificação e destinação final de resíduos líquidos/pastosos provenientes de hospitais ou empresas na área da saúde e indústria; Armazenamento temporário de resíduos de qualquer natureza e seus correlatos; gestão total de resíduos; (c) descontaminação e disposição de serviços de gestão de resíduos; atividades relacionadas a esgoto exeto gestão de redes; coleta de resíduos não perigosos; coleta de resíduos perigosos tratamento e disposição de efluentes perigosos; caracterização de resíduos e efluentes; (d) prestação de serviços de assessoria técnica e comercial e gestão de processos e meio ambiente, sistemas de qualidade, projetos e ambiente, administração e engenharia, reciclagem de materiais, implantação, operação e gerenciamento de centrais de tratamento e/ou reciclagem de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, comercialização de produtos relacionados a processo de natureza ambiental, incluindo comercialização (compra e venda) dos produtos e subprodutos obtidos a partir do tratamento, reciclagem e valorização dos resíduos, prestação de serviços de assessoria, administração, supervisão e execução de obras e elaboração de projeto técnico em engenharia; (e) Produção, captação e comercialização de biogás destinado à geração de energia; produção, captação e comercialização de outros gases oriundos de aterros sanitários e industriais; produção e comercialização de crédito de carbono; (f) elaboração de projetos e execução de serviços de terraplanagem e construção civil; obras de terraplanagem; (g) tratamento de resíduos sólidos via incineração com geração de energia elétrica decorrente dos gases gerados do processo; comercialização de energia elétrica; geração e comercialização de créditos de carbono; (h) locação de máquinas e equipamentos sem operador; e locação de imóveis próprios." **Quanto ao item (ii):** considerando a deliberação aprovada acima, aprovar a alteração do Parágrafo Segundo da Cláusula 2ª do Estatuto Social da Companhia, a fim de atualizar os dados das filiais da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 2ª** (...) Parágrafo Segundo - A Companhia possui as seguintes filiais: (i) Filial Porto Alegre/RS. Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/MF") sob o nº 03.505.185/0002-65, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCISRS") sob o NIRE nº 43.901.123.621 e com endereço na Avenida Julio de Castilhos, 132, sala 1201 - 11º Andar, Centro Histórico, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, onde opera um escritório administrativo.; (ii) Filial Giruá/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0005-08, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.619.880 e com endereço na Rodovia VRS 867, km 02, CEP 98870-000, cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (iii) Filial Santa Maria/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0004-27, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.619.898 e com endereço na Estrada Geral da Boca do Monte, 4.555, Parte A, Caturrita, Distrito de Santo Antônio, CEP 97040-000, cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (iv) Filial São Leopoldo/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0003-46, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.619.901 e com endereço na Estrada Vicinal Xavier, 720, Arroio da Manteiga, CEP 93135-396, cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (v) Filial Victor Graeff/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0006-99, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.910.401 e com endereço na Rodovia BR 386, km 203, s/nº, Bairro São José da Glória, CEP 99350-000, cidade de Victor Graeff, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (vi) Filial Tramandaí/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0007-70, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.317.541, com endereço na Estrada da Estância Velha, s/n, Fazenda Arroio de Campos, CEP 95590-000, cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul, onde é exercida a atividade de transporte rodoviário de carga, exeto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (vii) Filial Butiá/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0008-50, registrada na JUCISRS sob o NIRE 43.902.206.571, com endereço na Rodovia BR 290, km 178, número zero, Anexo A, Vila Santo Antônio, CEP 96750-000, cidade de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; e (viii) Filial Alegrete/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0009-31, registrada na JUCISRS sob o NIRE 43.902.317.046, com endereço na Rodovia BR 290, km 600, Piola, CEP 97545-120, na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia, exceto as atividades de locação de máquinas e equipamentos sem operador; e locação de imóveis próprios." **Quanto ao item (iii):** Conseqüentemente, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I à presente ata. A Acionista autoriza a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para operacionalizar a deliberação ora aprovada. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Acionista:** Riograndense Participações S.A. (representada por Leomyr de Castro Girondi e Clineu Adaiame Vieira dos Santos), Minas do Leão/RS, 02 de fevereiro de 2026. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Mesa: **Clineu Adaiame Vieira dos Santos** - Secretário. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - Certifico registro sob o nº 11764325 em 19/05/2026. Protocolo 260640085 - 24/02/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. **ANEXO I: ESTATUTO SOCIAL: Capítulo I - Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social.** **Cláusula 1ª** - A Companhia tem a denominação de **CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.**, constituída sob a forma de sociedade por ações e reger-se-á pela Lei 6.404/76, conforme alterada ("LSA") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Cláusula 2ª** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Minas do Leão, estado do Rio Grande do Sul, na BR-290, km 181, s/nº, parte, CEP 96755-000. **Parágrafo primeiro** - A critério da(s) acionista(s), a Companhia poderá abrir e extinguir filiais ou quaisquer outros estabelecimentos. **Parágrafo Segundo** - A Companhia possui as seguintes filiais: (i) Filial Porto Alegre/RS. Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/MF") sob o nº 03.505.185/0002-65, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCISRS") sob o NIRE nº 43.901.123.621 e com endereço na Avenida Julio de Castilhos, 132, sala 1201 - 11º Andar, Centro Histórico, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, onde opera um escritório administrativo.; (ii) Filial Giruá/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0005-08, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.619.880 e com endereço na Rodovia VRS 867, km 02, CEP 98870-000, cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (iii) Filial Santa Maria/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0004-27, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.619.898 e com endereço na Estrada Geral da Boca do Monte, 4.555, Parte A, Caturrita, Distrito de Santo Antônio, CEP 97040-000, cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (iv) Filial São Leopoldo/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0003-46, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.619.901 e com endereço na Estrada Vicinal Xavier, 720, Arroio da Manteiga, CEP 93135-396, cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (v) Filial Victor Graeff/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0006-99, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.910.401 e com endereço na Rodovia BR 386, km 203, s/nº, Bairro São José da Glória, CEP 99350-000, cidade de Victor Graeff, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; (vi) Filial Tramandaí/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185.0007-70, registrada na JUCISRS sob o NIRE nº 43.901.317.541, com endereço na Estrada da Estância Velha, s/n, Fazenda Arroio de Campos, CEP 95590-000, cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul, onde é exercida a atividade de transporte rodoviário de carga, exeto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (vii) Filial Butiá/RS. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0008-50, registrada na JUCISRS sob o NIRE 43.902.206.571, com endereço na Rodovia BR 290, km 178, número zero, Anexo A, Vila Santo Antônio, CEP 96750-000, cidade de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia; e (viii) Filial Alegrete/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0009-31, registrada na JUCISRS sob o NIRE 43.902.317.046, com endereço na Rodovia BR 290, km 600, Piola, CEP 97545-120, na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, onde são desenvolvidas todas as atividades do objeto social da Companhia, exceto as atividades de locação de máquinas e equipamentos sem operador; e locação de imóveis próprios. **Cláusula 3ª** - A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Cláusula 4ª** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) prestação de serviços nas áreas de aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos (resíduos sólidos urbanos e industriais não perigosos inertes), outros serviços de gestão de resíduos (resíduos sólidos urbanos e industriais não perigosos inertes); coleta de resíduos não perigosos (resíduos sólidos urbanos e industriais não perigosos inertes), bem como toda e qualquer atividade correlata, incluindo tratamento por incineração; (b) higienização e manejo de resíduos das áreas internas e externas de hospital; serviços relativos a coleta, tratamento e disposição de resíduos hospitalares através da descontaminação pelo processo de autoclavagem; coleta, transporte terrestre municipal, estadual e interestadual e destinação final de resíduos de qualquer natureza em estabelecimento de saúde, comerciais e industriais (perigosos e/ou não inertes); gerenciamento de resíduos industriais (perigosos e/ou não inertes) com disposição final de medicamentos e seus correlatos; solidificação e destinação final de resíduos líquidos/pastosos provenientes de hospitais ou empresas na área da saúde e indústria; Armazenamento temporário de resíduos de qualquer natureza e seus correlatos; gestão total de resíduos; (c) descontaminação e disposição de serviços de gestão de resíduos; atividades relacionadas a esgoto exeto gestão de redes; coleta de resíduos não perigosos; coleta de resíduos perigosos tratamento e disposição de efluentes perigosos; caracterização de resíduos e efluentes; (d) prestação de serviços de assessoria técnica e comercial e gestão de processos e meio ambiente, sistemas de qualidade, projetos e ambiente, administração e engenharia, reciclagem de materiais, implantação, operação e gerenciamento de centrais de tratamento e/ou reciclagem de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, comercialização de produtos relacionados a processo de natureza ambiental, incluindo comercialização (compra e venda) dos produtos e subprodutos obtidos a partir do tratamento, reciclagem e valorização dos resíduos, prestação de serviços de assessoria, administração, supervisão e execução de obras e elaboração de projeto técnico em engenharia; (e) Produção, captação e comercialização de biogás destinado à geração de energia; produção, captação e comercialização de outros gases oriundos de aterros sanitários e industriais; produção e comercialização de crédito de carbono; (f) elaboração de projetos e execução de serviços de terraplanagem e construção civil; obras de terraplanagem; (g) tratamento de resíduos sólidos via incineração com geração de energia elétrica decorrente dos gases gerados do processo; comercialização de energia elétrica; geração e comercialização de créditos de carbono; (h) locação de máquinas e equipamentos sem operador; e locação de imóveis próprios. **Capítulo II: Capital Social.** **Cláusula 5ª** - O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.002.359.220,00 (cento e dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte reais), dividido em 102.359.220 (cento e dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. **Parágrafo primeiro** - A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo segundo** - O direito de voto inerente às ações, bem como a sua transferência ou oneração a qualquer título, vinculam-se e estão sujeitos ao Acordo de Acionistas da Riograndense Participações S.A. celebrado em 10 de novembro de 2011, conforme aditado ("AA Riopar"). **Cláusula 6ª** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome da(s) acionista(s) no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. **Parágrafo único** - Mediante solicitação da(s) acionista(s), a Companhia deverá emitir certificados de ações, que deverão ser assinados pelo Diretor Executivo, em conjunto com um diretor, ou em conjunto com um procurador constituído nos termos do artigo 19 deste estatuto social. **Capítulo III: Assembleia Geral.** **Cláusula 7ª** - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social da Companhia: (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, para (a) tomar as contas dos administradores e examinar e votar as demonstrações financeiras do exercício findo; (b) deliberar sobre a

destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso (bem como fixar sua respectiva remuneração; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. **Cláusula 8ª** - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, observadas as demais disposições atinentes e será presidida por acionista, que convidará alguém, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos. **Parágrafo único** - Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regularmente instalada a Assembleia Geral em que estiver presente acionista(s) detentor(a) da totalidade do capital social. **Cláusula 9ª** - A(s) acionista(s) poderá(ão) fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista ou administrador da Companhia, ou advogado, ou instituição financeira. **Cláusula 10** - Ressalvadas as exceções previstas na LSA, a Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. **Cláusula 11** - Observadas as demais hipóteses previstas em lei, as seguintes matérias deverão ser deliberadas pela Assembleia Geral: (i) alteração do objeto social da Companhia e/ou quaisquer outras alterações deste estatuto social; (ii) criação de novas classes de ações ou alteração dos direitos atribuídos às classes existentes; (iii) emissão de quaisquer valores mobiliários ou de opções de compra de valores mobiliários de emissão da Companhia; (iv) apresentação, pela Companhia, de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de autofalência; (v) aprovação de qualquer operação de fusão, cisão, incorporação de sociedade, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Companhia e/ou as ações ou valores mobiliários de sua emissão; (vi) aprovação do pagamento ou alteração das disposições do presente estatuto social a respeito da distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de participação nos lucros de forma diversa do quanto previsto no presente estatuto social ou no acordo de acionistas; (vii) aprovação da dissolução ou liquidação da Companhia, total ou parcial, judicial ou extrajudicial; (viii) eleição e destituição dos Diretores da Companhia, bem como a fixação de sua remuneração; (ix) aprovação prévia de atos ou contratos que envolvam: (a) concessão de financiamento, tomada de financiamento ou de qualquer forma de contratação que envolva adiamento de recursos ou qualquer forma de empréstimo, em montantes superiores aos previstos no plano de negócios da acionista Riograndense Participações S.A. ("PN Riopar") e/ou cujas condições sejam menos favoráveis para a Companhia que aquelas previstas no PN Riopar; (b) aquisição, oneração ou alienação, pela Companhia, a qualquer título, de participação em outras sociedades, ou ainda a sua participação em consórcios ou em grupo de sociedades; (c) alienação ou oneração de bens, créditos ou direitos integrantes do ativo da Companhia, não prevista no PN Riopar e cujo valor (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos relacionados a uma mesma operação), seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); (d) constituição de garantia, real, fiduciária ou de qualquer natureza em favor de sua(s) acionista(s) ou de terceiros; (e) assunção, pela Companhia, de quaisquer obrigações não previstas no PN Riopar e cujo valor (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos relacionados a uma mesma operação), seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); (f) conferência, pela Companhia, direta ou indiretamente, de direito de participação nos lucros, diferentemente do previsto neste estatuto social; e (g) negócios com Partes Relacionadas à Companhia ou com Partes Relacionadas aos seus sócios diretos e indiretos, independentemente do valor ou do caráter comutativo da contratação, sendo que "Partes Relacionadas" significa, em relação a(s) acionista(s), qualquer outra pessoa que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que estejam sob controle comum com a(s) acionista(s) tendo "controle" o significado previsto no artigo 116 da LSA, e ainda seus respectivos administradores, cônjuges e parentes até segundo grau; e (x) deliberar sobre a abertura e encerramento de filiais e/ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia. **Parágrafo único** - A Companhia e a(s) acionista(s) observarão o AA Riopar. **Capítulo IV: Administração.** **Seção I - Normas Gerais.** **Cláusula 12** - A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Parágrafo único** - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição e seu prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos. **Seção II - Diretoria.** **Cláusula 13** - A Diretoria será composta por, no mínimo 01 (um) e no máximo 03 (três) diretores, nos termos do artigo 143 da LSA, sendo um Diretor Executivo, um Diretor Operacional e um Diretor Comercial, elegíveis e destituíveis a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo único** - Compete aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente estatuto social, exigida aprovação prévia da(s) acionista(s). **Cláusula 14** - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos pelos demais Diretores. **Cláusula 15** - Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o órgão continuará em funcionamento com os Diretores remanescentes. **Cláusula 16** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer dos Diretores, sendo que a convocação deverá ser feita por escrito, mediante envio da pauta a ser discutida, sendo admissível inclusive por correio eletrônico, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, sendo considerada regularmente instalada a reunião que contar com a presença da maioria dos membros em exercício. **Cláusula 17** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável pela maioria dos Diretores presentes à reunião. **Seção III - Representação.** **Cláusula 18** - Observado o disposto nos parágrafos seguintes, todos os documentos, inclusive contratos, que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados: (a) pelo Diretor Executivo e qualquer outro Diretor, em conjunto; (b) pelo Diretor Executivo em conjunto com um procurador constituído nos termos da Cláusula 19; (c) por qualquer dos Diretores em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, constituído nos termos da Cláusula 19, desde que o ato, documento e/ou instrumento contratual não envolva quantia superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (d) isoladamente por qualquer um dos Diretores ou por 01 (um) procurador constituído nos termos da Cláusula 19, porém limitadamente a casos expressamente autorizados pela Assembleia Geral nesse sentido ou para a prática dos atos constantes do parágrafo primeiro da presente Cláusula; e (e) conjuntamente por 02 (dois) procuradores constituídos nos termos da Cláusula 19, porém limitadamente a casos expressamente autorizados pela Assembleia Geral nesse sentido; e (f) conjuntamente por 02 (dois) procuradores constituídos nos termos da Cláusula 19, nos casos previstos no parágrafo terceiro da presente Cláusula. **Parágrafo primeiro** - A Companhia poderá ser representada isoladamente por qualquer um de seus Diretores ou por um procurador constituído nos termos da Cláusula 19; (i) na prática dos atos de administração perante repartições públicas federais, estadual, municipal, autarquias, empresas públicas ou mistas, inclusive representação ativa ou passiva da Companhia, em juízo ou fora dele; (ii) na assinatura de correspondência e atos de simples rotina; e (iii) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito, inclusive vistos em medições e seus respectivos recibos, sempre em nome da Companhia, em instituições financeiras. **Parágrafo segundo** - A Companhia poderá ser representada nas reuniões de sócios, nas alterações de contratos sociais e nas assembleias gerais de sociedades de que participe como sócia ou acionista: (i) por 02 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) por 02 (dois) procuradores em conjunto. **Parágrafo terceiro** - A Companhia ser representada por 02 (dois) procuradores constituídos na forma da Cláusula 14 abaixo perante instituições financeiras, públicas ou privadas, em quaisquer de seus departamentos e divisões, exclusivamente para a assinatura de propostas e documentos em geral para abertura de conta bancárias e para operar-las, emissão, assinatura e endosso de cheques, saques e recibos, autorização de débitos em conta corrente, transferências e pagamentos por meio de cartas, solicitação de extratos de conta corrente e requisição e retirada de talões de cheques, compra e venda de moeda estrangeira, incluindo a assinatura dos respectivos contratos de câmbio. **Cláusula 19** - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas pelo Diretor Executivo e qualquer outro Diretor, em conjunto, devendo especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata a Cláusula 18 acima, devendo conter expressa vedação quanto à possibilidade de subestabelecimento das mesmas, bem como determinar o prazo de respectiva validade, limitando este a, no máximo, 01 (um) ano. **Parágrafo primeiro** - As procurações *ad iudicia* outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas pelo Diretor Executivo isoladamente. **Parágrafo segundo** - A restrição quanto ao subestabelecimento e ao prazo previstos no *caput* desta Cláusula não se aplicam às procurações *ad iudicia*. **Cláusula 20** - Evedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, ressalvadas as garantias às sociedades de que a Companhia participe como sócia ou acionista (direta ou indireta) e às sociedades pertencentes ao mesmo grupo empresarial da Companhia, conforme vier a ser autorizado pela Assembleia Geral. **Capítulo V: Conselho Fiscal.** **Cláusula 21** - O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente, funcionando somente nos exercícios em que for instalado a pedido da Assembleia Geral, a ser composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, aos quais competirão as atribuições previstas em lei. **Parágrafo único** - A instalação e funcionamento do Conselho Fiscal obedecerão ao disposto no artigo 161 da LSA. **Capítulo VI: Exercício Social e Demonstrações Financeiras.** **Cláusula 22** - O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao final de cada exercício serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Parágrafo primeiro** - Do lucro líquido serão deduzidas: (i) uma parcela de 5% (cinco por cento), a ser destinada à constituição da reserva a que se refere o artigo 193 da LSA, que não excederá 20% (vinte por cento) do valor total do capital social da Companhia; e (ii) uma parcela de, no mínimo, 40% (quarenta por cento), a ser destinada ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do artigo 202 da LSA. **Parágrafo segundo** - O saldo remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, à qual caberá deliberar sobre a sua destinação. **Parágrafo terceiro** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou, ainda, correspondentes a períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo quarto** - Por deliberação da Assembleia Geral poderão ser pagos juros sobre capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor dos dividendos obrigatórios, com base na legislação aplicável. **Parágrafo quinto** - Salvo deliberação em contrato pela Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da deliberação nesse sentido. **Capítulo VII: Liquidação Da Companhia.** **Cláusula 23** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período de liquidação. **Capítulo VIII: Do Juízo Arbitral.** **Cláusula 24** - Todas as questões relativas à interpretação e ao descumprimento das obrigações previstas em lei e neste estatuto social serão submetidas à arbitragem de acordo com as regras de arbitragem para decisão definitiva do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasileira - CCB ("CCB") e ("Câmara Arbitral"), em procedimento a ser administrado pela mesma Câmara Arbitral. **Parágrafo primeiro** - Caso as regras procedimentais da Câmara Arbitral sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, tais regras serão suplementadas pelas disposições da Lei 9.307/96. A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. **Parágrafo segundo** - O Tribunal Arbitral será formado por 03 (três) árbitros, sendo um nomeado pela parte que iniciar o procedimento, outro pela(s) parte(s) contra quem o procedimento for iniciado, e o terceiro, que atuará como Presidente do Tribunal, será nomeado em conjunto pelos árbitros indicados pelas partes. Na hipótese de os árbitros indicados pelas partes não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro no prazo de 10 (dez) dias contados da data da nomeação do último árbitro, o terceiro árbitro, que servirá como Presidente, será indicado pela Câmara Arbitral, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar o impasse. **Parágrafo terceiro** - A arbitragem será realizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, em português, e o procedimento, assim como os documentos e as informações levados à arbitragem, estarão sujeitos ao sigilo. **Parágrafo quarto** - Cada parte arcará com seus respectivos custos e honorários de advogados contratados para defesa de seus interesses na arbitragem. No entanto, os honorários dos árbitros e as demais despesas processuais correrão por conta da(s) parte(s) sucumbente(s) ou, se a decisão for parcial, favorecendo ambas as partes, na proporção do favorecimento. **Parágrafo quinto** - A sentença arbitral será considerada final e definitiva, obrigando as partes, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso. Não obstante, cada sócio se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (a) assegurar a instituição da arbitragem, (b) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento nesse sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelos sócios, e (c) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, da sentença arbitral. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, §4º, da Lei 9.307/96. Na hipótese de os sócios recorrerem ao Poder Judiciário, o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial. **Capítulo IX: Das Disposições Finais.** **Cláusula 25** - A Companhia obriga-se a cumprir todas e quaisquer disposições do AA Riopar durante todo o período de sua vigência. A Companhia não registrará, consentirá ou ratificará qualquer voto ou aprovação da(s) acionista(s), ou de qualquer Diretor ou administrador, ou realizará ou deixará de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições do AA Riopar ou de, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos da(s) acionista(s) sob o AA Riopar. **Cláusula 26** - Nos termos do artigo 118, §8º da LSA, o Presidente das Assembleias Gerais, bem como os membros da Diretoria da Companhia não deverão cumprir nenhum voto proferido em desacordo com as disposições do AA Riopar, observando-se o previsto no artigo 118, §9º da LSA no caso de não comparecimento ou abstenção de voto em deliberações das Assembleias Gerais. **Cláusula 27** - Os casos omissos neste estatuto social serão regulados pela LSA e demais normas legais pertinentes.

# PUBLICIDADE LEGAL

**TRAMONTINA FARROUPILHA S.A.** Farroupilha - RS  
 CNPJ 87.834.883/0001-13 - NIRE 43300011607

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** 1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 28 de abril de 2026, às 10h00min (dez horas), na sede social da empresa, sita na Rodovia ERS 122, s/n, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, CEP 95178-000. 2. PARTICIPANTES: Compareceram acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. 3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, o Sr. Alessandro Spiller, e, Secretário, o Sr. Jonathan Piva de Almeida. 4. PUBLICAÇÕES LEGAIS: No Jornal do Comércio Impreso (JC-I), no "Segundo Caderno" e no Jornal do Comércio Digital (JC-D, Lei nº 13.828/2019, com acesso <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>), no "Caderno Publicidade Legal", sendo a) **Aviso aos Acionistas/2026** não foi publicado considerando que o b) **Balanco Patrimonial/2025** o foi no dia 11/03/2025, em tempo hábil, na forma da lei, sendo no JC-I a pág. 04 e no JC-D a pág. 04; e, c) **Edital Convocação aos Acionistas** nas edições de 16, 17 e 20/04/2026, sendo no JC-I, dia 16, pág. 04; dia 17, pág. 01 e dia 20, pág. 03; e no JC-D, dia 16 pág. 18, dia 17, pág. 11, e dia 20, pág. 09, respectivamente. 5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1. Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; 2. As declarações de voto, protestos e dissidências, porventura apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76; e, 3. Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente. 6. **ORDEM DO DIA:** 1. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 1.2. Destinar o resultado do exercício social de 2025; 1.3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; 1.4. Eleger os membros do Conselho Fiscal. 2. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e 2.2. Sua consequente alteração estatutária. 7. **DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como do material relacionado, que fica arquivado na sede da Companhia, os acionistas, deliberando por unanimidade dos presentes: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 7.1.1) Aprovaram as contas dos administradores e todos os seus atos administrativos, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A deliberação levou em conta a recomendação prévia do Conselho de Administração, expressa em ata própria, devidamente arquivada na Companhia e de uso exclusivo interno, realizada em 17 de abril de 2026. 7.1.2) Aprovaram a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício que, após a constituição da reserva legal e da provisão para distribuição do dividendo mínimo obrigatório, resultou na importância de R\$ 52.901.594,73, o qual, somado ao saldo do exercício anterior, resulta em R\$ 111.141.564,19 e que consta no Balanço Patrimonial na conta Saldo à disposição da Assembleia, que por não haver distribuição de dividendos será somado à reversão da provisão para dividendo mínimo no valor de R\$ 1.283.706,02, totalizando nesta conta o valor de R\$ 112.425.270,21. a) o aumento do capital realizado pela AGE de 30/01/2026 no valor de R\$ 118.000.000,00 (com saldo da conta Reserva Legal e parte do Saldo à Disposição da Assembleia), a conta "Saldo a Disposição da Assembleia", no valor de R\$ 1.579.578,56, continuará nessa mesma conta e sua destinação será deliberada por uma nova assembleia oportunamente. 7.1.3) Tendo sido apresentada declaração de renúncia às suas remunerações por todos os Conselheiros de Administração, em declaração apartada de 24 de abril de 2026, que abdicam do recebimento de seus honorários; em ato contínuo, a Assembleia aprovou por unanimidade, a remuneração global da Diretoria, na importância de até R\$ 325.000,00 mensais, que serão individuados em reunião do Conselho de Administração. 7.1.4) Fulcro no Art. 161, § 2º da Lei 6404/1976, a pedido das acionistas Manpar Empreendimentos e Participações Ltda., N3par Ltda. e Ampar Empreendimentos e Participações Ltda., é mantido o Conselho Fiscal, consignando-se a manifestação contrária dos demais acionistas por considerarem desnecessário, vez que a Companhia possui sua Auditoria Independente atuante. O Conselho Fiscal instalado é composto por três membros titulares e três suplentes. Por maioria dos votos dos Acionistas Minoritários, a Manpar Empreendimentos e Participações Ltda. indica o Sr. Roberto Zeller Branchi, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, contador inscrito no CRC/RS sob o nº 62998/O, residente e domiciliado na Av. Túlio de Rose, nº 500, ap. 1204 B, Bairro Jardim Europa, CEP 91340-110 em Porto Alegre, RS, portador da CI-RG nº 7012659301, da SSP/RS e do CPF nº 705.046.790-15, tendo como sua suplentes a Sra. Lisandra Hengist Hoffmann, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, contadora inscrita no CRC/RS sob o nº 61509/O, residente e domiciliada na Av. Túlio de Rose, nº 500, ap. 1204 B, Bairro Jardim Europa, CEP 91340-110 em Porto Alegre, RS, portadora da CI-RG nº 1016663476, da SSP/RS e do CPF nº 764.565.791-15. Os demais acionistas Controladores mantêm no Conselho Fiscal, como membros titulares, o Sr. Rogério Luiz Ragazon, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, contador, residente e domiciliado na Rua Victório Buzelatto, nº 222, ap. 401, Bairro Madureira, CEP 95020-290 em Caxias do Sul, RS, portador da CI-RG nº 600851548, da SSP/RS e do CPF nº 194.186.200-49, e o Sr. Luis Felipe Novello, brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pelotas, nº 1223, Bairro Centro, CEP 95020-183 em Caxias do Sul, RS, portador da CI-RG nº 8031090304, da SSP/RS e do CPF nº 623.695.200-00, e como suplentes o Sr. Sérgio Peruffo Júnior, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, contador inscrito no CRC/RS sob o nº 050.177, residente e domiciliado na Rua Felix da Cunha, nº 230, apto. 401, Bairro Centro, na cidade de Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-116, portador da CI-RG nº 1049320839, da SSP/RS e do CPF nº 572.955.140-15 e o Sr. Doady Celso Peruffo, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, contador, residente e domiciliado na Av. Planalto, nº 1185, ap. 204, Bairro São Bento, CEP 95703-114 em Bento Gonçalves, RS, portador da CI-RG nº 2008896561, da SSP/RS e do CPF nº 334.640.900-78. Os acionistas minoritários N3par Ltda. e Ampar Empreendimentos e Participações Ltda. impugnam expressamente o voto da acionista Manpar Empreendimentos e Participações Ltda. no que tange à indicação do Sr. Roberto Zeller Branchi (como membro titular) e a Sra. Lisandra Hengist Hoffmann (como suplente) no Conselho Fiscal da Companhia, nos termos da declaração de voto apresentada em apartado e recebida pela Mesa. a) O Conselho Fiscal deverá se reunir na sede da Companhia, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias desta data, para eleger seu Presidente e deliberar sobre o seu funcionamento. Os membros efetivos e seus suplentes do Conselho Fiscal exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2027, e a remuneração individual mensal de cada membro titular será em valor equivalente a 10% da média da remuneração paga aos diretores da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 7.2.1) Aprovaram a inclusão, no objeto social da Companhia, da atividade de geração de energia elétrica, CNAE 3511-5/01. 7.2.2) Em decorrência da deliberação acima, aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: *Artigo 3º - O objeto social da Companhia é a fabricação e comercialização de cozinhas profissionais/industriais, painéis, talheres, baixelas e demais artefatos, em aço; artefatos de material plástico para uso pessoal, doméstico e hotelaria; de eletroportáteis; a prestação de serviços de manutenção em máquinas e ferramentas; a prestação de serviços de assistência técnica para os produtos de sua fabricação e venda; e a que mais lhe convier ao ramo, inclusive a revenda de produtos de terceiros de fabricação nacional ou importados; a locação de imóveis próprios para empresas do mesmo grupo econômico; e a geração de energia elétrica.* 8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, da qual se lavrou ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia, os quais declaram, para todos os fins legais, estarem cientes das matérias deliberadas. Carlos Barbosa, RS, em 28 de abril de 2026. (Ass.) Alessandro Spiller - Presidente; Jonathan Piva de Almeida - Secretário; p/TRAMONTINA S/A., Alessandro Spiller - OAB/RS 37.848; p/DLT Participações Ltda., Jonathan Piva de Almeida - OAB/RS 82.314; p/MANPAR Empreendimentos e Participações Ltda., Fernando Hagemann - OAB/RS 128.472; p/N3PAR Ltda., Gustavo Stenzel Sanserverino - OAB/RS 102.193; p/Ampar Empreendimentos e Participações Ltda., Gabriel Heineck de Carvalho - OAB/RS 132.099. 9. **AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da ata transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller - Presidente. Jonathan Piva de Almeida - Secretário. Presentes: TRAMONTINA S/A., p.p Alessandro Spiller - OAB/RS 37.848; DLT Participações Ltda, p.p Jonathan Piva de Almeida - OAB/RS 82.314; MANPAR Empreendimentos e Participações Ltda., p.p Fernando Hagemann - OAB/RS 128.472; Ampar Empreendimentos e Participações Ltda., p.p Gabriel Heineck de Carvalho - OAB/RS 132.099; N3PAR Ltda., p.p Gustavo Stenzel Sanserverino - OAB/RS 102.193. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11756799 em 15/05/2026 da Empresa TRAMONTINA FARROUPILHA S.A. INDUSTRIA METALURGICA, CNPJ 87834883000113 e protocolo 261912330 - 15/05/2026. Autenticação: 42D86208E657F497B3E14AD3E1B81D890122449. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.



Conecte sua marca a quem *decide*.  
 Amplie sua visibilidade  
 e alcance líderes de opinião com a força  
 da multiplataforma do JC.



Acesse  
 o QR Code  
 e anuncie

**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL

**TRAMONTINA GARIBALDI S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA**  
 Garibaldi - RS - CNPJ nº 90.049.792/0001-81 - NIRE 43300011658

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. 1. Data, Hora e Local:** Dia 29 de abril de 2026, às 09h00min (nove horas), na sede social da empresa, sita na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000. A presente Assembleia permaneceu em aberto para conclusão da análise das matérias constantes da Ordem do Dia, tendo os trabalhos sido retomados em 08 de maio de 2026, às 15h, no mesmo local, após a disponibilização do Relatório da Auditoria Independente devidamente assinado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

**2. Participantes:** Compareceram acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente, o Sr. **Alessandro Spiller**; e, Secretário, o Sr. **Jonathan Piva de Almeida**. **4. Publicações Legais:** No Jornal do Comércio Impresso (JC-I), no "Segundo Caderno" e no Jornal do Comércio Digital (JC-D, Lei nº 13.828/2019, com acesso <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>), no "Caderno Publicidade Legal", sendo **a) Aviso aos Acionistas/2026** não foi publicado considerando que o **b) Balanço Patrimonial/2025** o foi no dia 12/03/2026, em tempo hábil, na forma da lei, sendo no JC-I à pág. 03 e no JC-D à pág. 02; e o **c) Edital Convocação aos Acionistas** nas edições de **16/04/2026, 17/04/2026 e 20/04/2026**, sendo, na versão digital, respectivamente, às págs. 14, 09 e 07, e, na versão impressa, respectivamente, às págs. 4, 1 e 3. **5. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** 1. Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **2. As declarações de voto, protestos e dissidências, porventura apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76; e, 3. Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente. **6. Ordem do Dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. **7. Deliberações e Aprovações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como do material relacionado, que fica arquivado na sede da Companhia, os acionistas, deliberando por unanimidade dos presentes: **Em Assembleia Geral Ordinária: 7.1.1)** Retomados os trabalhos da Assembleia, em razão da disponibilização do Relatório da Auditoria Independente devidamente assinado, aprovaram as contas dos administradores e todos os seus atos administrativos, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A deliberação levou em conta a recomendação prévia do Conselho de Administração, expressa em ata própria, devidamente arquivada na Companhia e de uso exclusivo interno, realizada na reunião de 17 de abril de 2026. **7.1.2)** Aprovaram a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício que, após a constituição da reserva legal e da provisão para distribuição do dividendo mínimo obrigatório, resultou na importância de R\$ 29.263.574,96, o qual, somado ao saldo do exercício anterior, resulta em R\$ 99.218.567,85 e que consta no Balanço Patrimonial na conta Saldo à disposição da Assembleia, que por não haver distribuição de dividendos será somado à reversão da provisão para dividendo mínimo no valor de R\$ 597.215,82, totalizando nesta conta o valor de R\$ 99.815.783,67; a) com a distribuição de dividendos deliberada pela AGE de 17/09/2025 no valor de R\$ 35.000.000,00 e o aumento do capital realizado pela AGE de 30/01/2026 no valor de R\$ 72.000.000,00 (com saldo da conta Reserva Legal, e parte do Saldo à Disposição da Assembleia), a conta "Saldo a Disposição da Assembleia", no valor de R\$ 973.587,91, continuará nessa mesma conta e sua destinação será deliberada por uma nova assembleia oportunamente. **7.1.3)** Tendo sido apresentada declaração de renúncia às suas remunerações por todos os Conselheiros de Administração, em declaração apartada de 24 de abril de 2026, que abdicam do recebimento de seus honorários; em ato contínuo, a Assembleia aprovou por unanimidade, a remuneração global da Diretoria, na importância de até R\$ 250.000,00 mensais, que serão individuados em reunião do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 7.2.1)** Aprovaram a inclusão, no objeto social da Companhia, da atividade de geração de energia elétrica, CNAE 3511-5/01. **7.2.2)** Em decorrência da deliberação acima, aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: *Artigo 3º - O objeto social da Companhia é a fabricação e comercialização por atacado e varejo de ferragens e ferramentas manuais, tais como martelos, chaves de fenda, chaves fixas, alicates, torques, serrotes, niveis, formões, talhadeiras, brocas, organizadores metálicos e outras semelhantes ou afins; bem como a revenda de iguais produtos de sua fabricação, adquiridos de terceiros; a prestação de serviços de manutenção e reparação de máquinas e ferramentas; e a geração de energia elétrica. Parágrafo Único - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá participar no capital social de outras sociedades ou consórcio de empresas.* **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, da qual se lavrou ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia, os quais declaram, para todos os fins legais, estarem cientes das matérias deliberadas. Garibaldi, RS, em 29 de abril de 2026. (Ass.) Alessandro Spiller - Presidente; Jonathan Piva de Almeida - Secretário; p/TRAMONTINA S/A., Alessandro Spiller - OAB/RS 37.848; p/DT Participações Ltda, Jonathan Piva de Almeida - OAB/RS 82.314; p/N3PAR Ltda., Gustavo Stenzel Sanseverino - OAB/RS 102.193; p/Ampar Empreendimentos e Participações Ltda, Gabriel Heineck de Carvalho - OAB/RS 132.099. **9. Autenticação:** A presente ata é cópia fiel da ata transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller - Presidente. Jonathan Piva de Almeida - Secretário. Presentes: TRAMONTINA S/A., p.p Alessandro Spiller - OAB/RS 37.848; DLT Participações Ltda, p.p Jonathan Piva de Almeida - OAB/RS 82.314; Ampar Empreendimentos e Participações Ltda., p.p Gabriel Heineck de Carvalho - OAB/RS 132.099; N3PAR Ltda., p.p Gustavo Stenzel Sanseverino - OAB/RS 102.193; JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11762397 em 18/05/2026 da Empresa TRAMONTINA GARIBALDI S.A. INDUSTRIA METALURGICA, CNPJ 90049792000181 e protocolo 261934295 - 18/05/2026. Autenticação: 7AE8B4B297EBFABCOA58F7587E0D170B577E32A. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

Conecte sua marca a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.

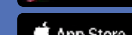


Acesse o QR Code e anuncie

**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS



Baixe o App:



Siga nossas redes sociais:



# PUBLICIDADE LEGAL

**COMERCIAL CESA S/A** CNPJ 88.614.235/0001-14 - NIRE 43 3 0001455 0

ATA EM FORMA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2026  
 DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e quatro (24) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às quinze horas e trinta minutos (15:30) horas, na sede da Empresa, sita a Rua Marechal Floriano 1094, em Caxias do Sul, RS.  
 PRESENCAS: Acionistas representando mais de trinta e nove por cento (39%) do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presenças. COMPOSIÇÃO DA MESA: Reunidos em Assembleia Geral Ordinária, os Srs. Acionistas devidamente convocados na forma da lei pelo Jornal do Comércio/RS nas edições impressas de 07 de abril de 2026 na pág. 6, 8 de abril de 2026 na pág. 4 e 9 de abril de 2026 na pág. 6 e nas edições online dia 7 de abril de 2026 pág. 6, dia 8 de abril de 2026 pág. 4 e dia 9 de abril de 2026 pág. 2. As demonstrações Financeiras foram publicadas no Jornal do Comércio/RS na edição impressa no dia 23 de março de 2026 pág. 12 e na edição Online mesmo dia na pág. 7. Para compor a mesa dos trabalhos foram eleitos por unanimidade, Sergio Bruno Cesa como Presidente da Assembleia e Nestor José Cesa como Secretário. Iniciando os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a leitura da Ordem do Dia, conforme convocação, nos seguintes termos: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro e distribuição de Dividendos; c) Outros assuntos de interesse social. De imediato o Sr. Presidente colocou em exame e votação do item a) Da Ordem do Dia, tendo sido aprovadas as contas da Diretoria por unanimidade pelos presentes, após o exame das mesmas. No item b) da Ordem do Dia, ao lucro líquido do exercício foi dada a seguinte destinação: para Dividendos a importância de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) sendo R\$ 1.500.000,00 já antecipados em 18 de dezembro de 2025 e R\$ 3.500.000,00 serão parcelados de maio a dezembro de 2026 e como Reserva de Lucros a Realizar R\$ 1.633.513,25 (Um milhão, seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e treze reais e vinte e cinco centavos). Em relação ao item c) Da Ordem do Dia: Outros assuntos de interesse geral; como não houve manifestação dos presentes, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária. Na qualidade de Presidente determino seja a presente Ata transcrita no competente Livro de atas das Assembleias Gerais. FORMA DA ATA, aprovada por unanimidade de votos a lavratura da mesma sob a forma sumária. ENCERRAMENTO: Esgotada a Ordem do Dia, a sessão foi suspensa pelo Sr. Presidente para o tempo necessário a lavratura desta ata, que redigida foi lida e achada conforme pelos presentes foi aprovada. Sergio Bruno Cesa, Nestor José Cesa, Marco Machado Cesa, Fernando Dal Pont, Julia Dal Pont de Azevedo pp Antonio de Azevedo, Giovanni Cesa, Luciano Cesa, Fundação Renato João Cesa - Presidente, Denise Dal Pont, Ezio Antonio Santini, Roger Fernando Canali, Adriane Cesa pp Maria Alberti Cesa, Helena Machado Cesa, Vera Canali Dalla Santa, Luiz Antonio Cesa, Beatriz Cesa Viero, Deise Macedo, Júlio Cesa pp Pedro Sanchez Cesa e Vinícius Canton Cesa. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente ATA é cópia fiel da Original lavrada no Livro Próprio, e que são autênticas as assinaturas acima exaradas. Caxias do Sul, 24 de abril de 2026. MESA: Sergio Bruno Cesa - Presidente da Assembleia, Nestor José Cesa - Secretário da Assembleia. Visto: Sergio Bruno Cesa - Advogado OAB/RS nº 4.864. Sergio Bruno Cesa - Presidente. Nestor José Cesa - Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11753842 em 12/05/2026 da empresa COMERCIAL CESA S/A, CNPJ 88614235000114 e protocolo 261793861-06/05/2026. Autenticação: 11EA6FFAE7749984F3F360949259766E4AF71A1. José Tadeu Jacoby - Secretário - Geral.

**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL  
 TEM DATA E LOCAL CERTO  
 PARA SER PUBLICADA**

**O 2º Caderno é publicado diariamente  
 no digital e no impresso.**

Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.



Acesse o QR Code e anuncie no JC



// Tradição  
 // Credibilidade  
 // Tecnologia

Siga nossas redes sociais:

Baixe o App:

# PUBLICIDADE LEGAL

**MEGA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A** CNPJ 87.819.306/0001-52  
NIRE 43 3 0001885 7

ATA EM FORMA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2026  
 DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e quatro (24) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às quinze (15:00) horas, na sede da Empresa, sita a Rua Marechal Floriano 1094, sala 01, em Caxias do Sul, RS, PRESENCAS: Acionistas representando mais de **quarenta e cinco por cento (45%)** do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presenças. COMPOSIÇÃO DA MESA: Reunidos em Assembleia Geral Ordinária, os Srs. Acionistas devidamente convocados na forma da lei, pelo Jornal do Comércio na sua edição impressa de 7 de abril de 2026 pág. 06, dia 8 de abril de 2026 na pág. 4 e dia 9 de abril de 2026 na 6 e nas edições online dias 07 de abril de 2026 pág. 5, 8 de abril de 2026 pág. 3 e 9 de abril de 2026 pág. 1. Foi dispensada a publicação dos avisos, em virtude de antecipação das publicações dos documentos da administração. As Demonstrações Financeiras foram publicadas no Jornal do Comércio/RS no dia 23 de março de 2026 na edição impressa na pág. 7 e na edição online no mesmo dia pág. 3. Para compor a mesa dos trabalhos foram eleitos por unanimidade, Sergio Bruno Cesa, na qualidade de Presidente da Assembleia e Nestor José Cesa, como Secretário. Iniciando os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a leitura da Ordem do Dia, conforme convocação, nos seguintes termos: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro e distribuição de Dividendos; c) Outros assuntos de interesse social. De imediato o Sr. Presidente colocou em exame e votação do item a) da Ordem do Dia, tendo sido aprovadas as contas da Diretoria por unanimidade pelos presentes, após o exame das mesmas. No item b) da Ordem do Dia, ao lucro líquido do exercício foi dada a seguinte destinação: Para dividendos a importância de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais) pagos em 27 de janeiro de 2026 e R\$ 492.934,32 (Quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos) do Lucro do Exercício findo em 31/12/2025, transferido para Fundo de Reserva a Realizar. E para o item c) da Ordem do Dia: Outros assuntos de interesse geral, como não houve manifestação dos presentes e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Ordinária. Na qualidade de Presidente determino seja a presente Ata transcrita no competente Livro de Atas das Assembleias Gerais. FORMA DA ATA, aprovada por unanimidade de votos a lavratura da ata sob a forma sumária. ENCERRAMENTO: Esgotada a Ordem do Dia, a sessão foi suspensa pelo Sr. Presidente para o tempo necessário a lavratura desta Ata, que redigida foi lida e achada conforme pelos presentes, foi aprovada. Sergio Bruno Cesa, Nestor José Cesa, Vinicius Cesa, Julia Dal Pont de Azevedo pp Antonio de Azevedo, Demise Dal Pont pp Fundação Renato João Cesa, Fernando Dal Pont, Giovane Cesa, Deise Macedo, Roger Fernando Canali, Helena Machado Cesa, Marco Machado Cesa, Deise Macedo, Vera Canali Dalla Santa, Luiz Antonio Cesa, Pedro Sanchez Cesa pp/ Júlio Cesa e Beatris Cesa Viero. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente Ata é cópia fiel da Original lavrada no Livro Próprio, e que são autênticas as assinaturas acima exaradas. Caxias do Sul, 24 de abril de 2026. MESA: Sergio Bruno Cesa - Presidente da Assembleia, Nestor José Cesa - Secretário da Assembleia. Visto: Sergio Bruno Cesa - Advogado OAB/RS nº 4.864. Sergio Bruno Cesa - Presidente. Nestor José Cesa - Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11766736 em 20/05/2026 da empresa MEGA NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A., CNPJ 87819306000152 e protocolo 261798359 - 06/05/2026. Autenticação: 70265F7392DA887BF9D95CE1FFA51D9D8BC2A. José Tadeu Jacoby - Secretário - Geral.

Posicione sua marca  
*no centro das decisões*  
 estratégicas.

Alcance um público qualificado,  
 formado por gestores, empresários e tomadores  
 de decisão do sul do país.



Acesse  
 o QR Code  
 e anuncie  
 no JC

**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS



Baixe o App:

